



Muito a comemorar.
Muito mais a fazer.

ATA DA 26ª REUNIÃO PLENÁRIA DO XV PLENÁRIO DO CFP

Data: 31 de agosto de 2012 – Sexta-Feira.	Duração: das 9h40 às 20h06
<ol style="list-style-type: none">1. Política Nacional de Saúde Funcional – PNSF (CIF).2. Comissões do Conselho Nacional de Saúde.3. Comemoração dos 50 Anos da Psicologia Brasileira.	DIRETORIA: <ol style="list-style-type: none">1. Humberto Cota Verona - Presidente2. Clara Goldman - Vice-presidenta3. Monalisa Barros – Tesoureira4. Deise Nascimento – Secretária5. Aluizio Lopes Brito CONSELHEIROS (AS): <ol style="list-style-type: none">6. Ana Luiza de S. Castro7. Ana Paula Noronha8. Ângela Maria P. Caniato9. Adriana Eiko10. Celso Francisco Tondin11. Cynthia R. C. Araújo Ciarallo12. Flávia Cristina S. Lemos13. Heloiza Helena Massanaro14. Henrique J. L. Ferreira Rodrigues15. Márcia Mansur Saadallah16. Maria Ermínia Ciliberti17. Marilda Castelar18. Roseli Goffman19. Tânia Suely A. Brasileiro AUSENTES: <ol style="list-style-type: none">20. Marilene Proença21. Sandra Amorim

O presidente do Conselho Federal de Psicologia, Humberto Verona, saudou todos os presentes e deu início à reunião plenária destacando a aproximação da Segunda Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, bem como da celebração de 50 anos da regulamentação do exercício de profissional de psicologia. Dentre as várias homenagens prestadas por entidades públicas às conquistas da profissão, o presidente mencionou a

Handwritten signatures and initials on the right side of the page.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

moção de louvar da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o diploma de honra ao mérito oferecido pela Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul, a Câmara Municipal da cidade de Natal, dentre outras.

Humberto Verona justificou as ausências de Sandra Amorim e Marilene Proença, que, por estarem envolvidas em outras atividades, não puderam estar presente.

Política Nacional de Saúde Funcional – PNSF (CIF) - O presidente passou, então, a palavra à convidada Cristina Bliz, conselheira efetiva do Conselho Federal de Fonoaudiologia, para que pudesse introduzir a discussão sobre a Classificação Internacional das Funcionalidades (CIF). Cristina Bliz, que parabenizou a profissão de psicologia pelos seus cinquenta anos e escusou-se por seus pares não poderem estar presentes, afirmou a importância de se ter um olhar mais abrangente sobre a saúde. Dentro dessa perspectiva, criou-se um grupo de trabalho para a discussão de uma política de saúde funcional.

Após sumária explicação das tendências demográficas brasileiras e suas idiossincrasias, a conselheira fonoaudióloga ressaltou a necessidade de haver, no país, infraestrutura adequada à fiel execução dos direitos assegurados constitucionalmente e pela lei 8080. Cristina Bliz afirmou que a Classificação Internacional das Funcionalidades (CIF) possibilita a classificação e o estado de saúde, mas, ao mesmo tempo, não é uma nomenclatura nem um instrumento de avaliação; antes, a CIF fornece base científica para conseqüências de condições de saúde e permite, inclusive, a comparação de dados entre países, disciplinas e serviços. É importante que se discrimine, igualmente, que a deficiência não gera uma incapacidade; antes, a falta de acesso ao serviço capaz de reabilitar o faz, disse.

De acordo com a convidada, a CIF é um modelo biopsicossocial, pois considera a atividade, a participação, os fatores pessoais e ambientais. Assim, possibilita a intersetorialidade e a transversalidade, pois é transversal a todas as políticas. Bliz respondeu aos comentários, assegurando que a CIF não se contrapõe a CID, pois este é universal. Permite, antes, a partir do código

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

estabelecido pela CID, ampliar as possibilidades do indivíduo portador de determinada doença.

Henrique Rodrigues aparteou, afirmando que é necessário ver o sujeito como um todo, com uma relação com o mundo, a fim de que se evite uma cientificidade reducionista empregada, muitas vezes, por profissionais presos à realidade do CID 10. O presidente do Conselho Federal de Psicologia questionou se a CIF é, atualmente, empregada para avaliações em âmbito internacional. A convidada expôs que a Organização Mundial de Saúde (OMS) publicou a CIF – já traduzida para o português, inclusive. Para a OMS, a saúde é muito mais abrangente que a doença e, como a CID não contemplava inteiramente as questões de funcionalidade, a CIF passou a ser mais difundida. Alguns países europeus, Estados Unidos, Canadá e Colômbia empregam a CIF para gerar políticas públicas.

Maria Ermínia Ciliberti interveio no debate para esclarecer sobre várias dificuldades enfrentadas perante instituições públicas, quais sejam, a ANS, SUS, INSS e outras, porquanto estariam relutantes a incorporar as discussões da CIF nos pilotos que estão acontecendo no Estado do Rio Grande do Sul. Ciliberti asseverou que algumas instituições colocam o piloto em áreas pobres, com deficientes e idosos. Por isso, de acordo com ela, seria de fundamental importância a participação da psicologia nesse processo por meio de um grupo de trabalho. Cristina Bliz certificou que se poderia solicitar a outras categorias, como a de Fisioterapeutas e Fonoaudiólogos, que estão à frente nessa questão, para que pudessem constituir, juntos, um GT próprio.

Por fim, Humberto Verona sintetizou o debate discriminando duas tarefas: a primeira foi a participação da categoria de psicólogos com outras profissões e usuários para que se construa uma política nacional de saúde funcional, que estaria ligada, diretamente, ao Conselho Nacional de Saúde e ao Ministério da Saúde; a segunda é a formação de um GT comum para discussão da CIF, já que esta envolve a elaboração de políticas públicas relacionadas à intervenção. Cristina Bliz complementou e disse que outras categorias, como a Nutrição, Serviço Social e Terapia Ocupacional, mostraram-

se interessadas e que a ideia é, justamente, dilatar o GT. A convidada finalizou e, mais uma vez, parabenizou a Psicologia por seus cinquenta anos no Brasil.

Antes de a discussão sobre saúde funcional ter prosseguimento, acordou-se em manter a data da próxima plenária para os dias cinco e seis do próximo mês.

A conselheira Maria Ermínia Ciliberti deu, então, seguimento à discussão e questionou a indefinição das estratégias a serem seguidas em relação ao GT sobre a CIF. Assegurou que o CFP não erige bandeiras contrárias ao CID-10 ou ao DSM-IV, mas que é importante manter uma posição crítica em relação a tais códigos. Do mesmo modo, é preciso ter um entendimento sobre a CIF, para que, também em relação a essa classificação, se tenha um julgamento crítico arrazoado. Continuou ao afirmar que a psicologia não pode mais levar a marca de discussões infundadas que não resultam em propostas práticas.

O presidente do CFP, entretanto, asseverou que os psicólogos precisam entrar nesse debate qualificadamente, de modo a contribuir significativamente à discussão. Prosseguiu dizendo que os psicólogos estão reivindicando seu direito legítimo a fazer um diagnóstico nosológico na saúde. Destarte, é preciso inteirar-se do plano nacional e da CIF, analisando-os, de modo que se tenha uma visão clara da participação dos psicólogos nesse processo. Assim, Humberto Verona perfilou que a tarefa desse novo GT é compreender a referida participação de psicologia nesse processo e levantar as possibilidades da categoria dentro de um plano nacional de saúde funcional, além de conhecer a CIF e seus itens, sobretudo sua discricção sobre subjetividade. Apenas depois de feito esse trabalho o plenário poderá discutir a questão e definirá as possíveis estratégias relacionadas à saúde funcional e o modo como essas informações seriam repassadas aos profissionais.

Clara Goldman argumentou e disse que não se pode colocar em uma balança a questão da medicalização e, em outra, o que está acontecendo no campo da saúde. Ademais, a saúde funcional poderá ser, de acordo com a conselheira, um denominador comum para amplas discussões das profissões, um ponto de convergência. afirmou ser necessário definir um método e propôs que o Plenário escolhesse um conselheiro para levar a cabo o projeto.

Handwritten notes and signatures on the right margin, including initials like 'ff', 'sm', and 'R'.

Concluiu-se, então, que Maria Ermínia Ciliberti, com apoio de Monalisa Barros e a colaboração de Flávia Lemos, seria a coordenadora do GT, cujo escopo fundamental é estudar e analisar a Política Nacional de Saúde Funcional e a CIF, a fim de trazer, novamente, esses temas ao plenário. Assim sendo, resumidamente, acordaram-se os seguintes encaminhamentos:

- Enviar o documento (PNSF) aos Conselheiros.
- Consultada, Anice Holanda informou não poderá participar da reunião dia 11/09 na ANS.
- Participar na Construção da Política Nacional de Saúde Funcional.
- Participar da discussão sobre a CIF.
- Constituir GT e Fazer oficinas.
- Em novembro haverá reunião do GT constituído pelas profissões (Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional) informado pela convidada Cristina Biz, e se o CFP já tiver formado seu GT, está convidado a participar da reunião.
- O CFP mantém uma posição crítica em relação ao CID10 e não se posiciona contrário ao DSM e ao CID.
- Para a formação do GT serão convidados "colaboradores" Ad hoc que auxiliarão os Conselheiros.
- As conselheiras Monalisa e Ermínia ficarão responsáveis pelas contribuições da Psicologia (CFP), no Tema da Saúde Funcional, e participarão nos debates com os outros Conselhos profissionais, e trarão os resultados para apresentação na plenária de novembro.

Em seguida, procedeu-se ao seguinte informe: a conselheira Ana Paula Noronha tornou públicos, mediante o CFP, a indignação e o repúdio ao constrangimento e à detenção arbitrária sofridos pela equipe do Conselho Estadual de Direitos Humanos da Paraíba, que aconteceu em 22/08/2012, quando da visita de fiscalização ao complexo penitenciário em João Pessoa. Esse Conselho constatou que havia celas com mais de oitenta detentos, e, outras, com colchões molhados, onde os presos eram mantidos nus. Muitos

apresentavam marcas de maus tratos em seus corpos. Enquanto fotografavam a lastimável situação, a equipe recebeu voz de prisão e foi impedida de sair da penitenciária por várias horas. Foi, igualmente, solicitado que se tomasse nota da questão da exploração sexual que estava acontecendo nas cidades de Giral e Belo Monte.

Comissões do Conselho Nacional de Saúde - Maria Ermínia Ciliberti lembrou que a gestão atual do Conselho Nacional de Saúde acabaria em novembro e que os movimentos que tivessem presença em um terço dos estados – e em pelo menos três regiões do Brasil –, poderiam concorrer à eleição que aconteceria então. O CFP poderia ser, nessa ocasião, elegível. A conselheira fez uma discrição histórica das instituições relacionadas à saúde. Salientou que o CNS surgiu na década de 90, mas que o seu processo de distinção histórica como ministério se iniciou em 1937, quando da cisão entre o Ministério da Saúde e da Educação. A saúde – afirmou – só realizou sua primeira conferência em 1941. Em 1962, o governo Goulart deu os primeiros passos do que seria, hoje, o SUS. O movimento sanitário da década de 70 retoma esse processo, e, em 1986, lançam-se as bases do SUS. A Carta Cidadã de 1988 estatuiu que áreas como educação e saúde reger-se-iam por lei orgânica. Caso curioso foi o fato histórico de o presidente Fernando Collor ter vetado tantos itens relacionados ao orçamento e à participação social que foi necessário editar outra lei, no caso, a 8142.

Há – segundo Maria Ermínia Ciliberti – atualmente, vinte e cinco comissões, que têm quatro reuniões por ano. No que se refere às comissões do CNS, cada uma tem doze membros titulares e igual número de suplentes, cabendo, a coordenação, a conselheiros nacionais de saúde. A primeira delas é a Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição, da qual surgiu a questão, com o IDEC, sobre alimentação infantil e propaganda. A Comissão Intersetorial de Ciência e Tecnologia parece receber atenção especial do governo. Neste ano, o governo também montou, em instância governamental, a Conitec – Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias –, mas se encontra enfraquecida. Por sua vez, a Comissão Intersetorial de Comunicação e Informação em Saúde (CICIS) integra o Conselho Nacional.

Handwritten notes and signatures:
- A large blue arrow pointing upwards from the right margin.
- The number "30" written in blue ink.
- Several illegible handwritten signatures and initials in blue ink.

Handwritten signatures and initials:
- Multiple illegible signatures and initials in blue ink, some appearing to be initials like "JP", "AP", "OP", "CP", "EP", "FP", "GP", "HP", "IP", "JP", "KP", "LP", "MP", "NP", "OP", "PP", "QP", "RP", "SP", "TP", "UP", "VP", "WP", "XP", "YP", "ZP".

Maria Ermínia Ciliberti disse que há, hoje, no Brasil, conselheiros de saúde em todos os municípios: “Há mais conselheiros de saúde que vereadores”, constatou. A Comissão Intersetorial de Eliminação da Hanseníase (CIEH) é um movimento forte, com o qual a psicologia está em débito, não obstante, exista esforço, por parte do CFP, para manter essa comissão no CNS, embora haja empenho contrário por parte do governo para retirá-la.

A Comissão Intersetorial de Educação Permanente para o Controle Social (CIEPCSS) do SUS realizou, até o momento, cinco encontros nas macrorregiões brasileiras e visa a discutir o tema Educação Permanente Incorporada. Há, ainda, a Comissão Intersetorial para Acompanhamento das Políticas em DST/ AIDS (CIADAIDS), a Comissão Intersetorial de Orçamento e Financiamento (COFIN) e a Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (CIST). A Comissão Intersetorial de Recursos Humanos (CIRH) – que é tão disputada politicamente quanto a COFIN e, também, na qual se discute a residência multiprofissional e o ensino a distância, MERCOSUL, dentre outros temas – emite pareceres sobre cursos de ensino relacionados à saúde. Quando há pareceres favoráveis do CNS, os mesmos são encaminhados ao MEC. Ciliberti afirmou que esses pareceres são feitos com ou sem a participação do CFP.

Neste momento da reunião, Clara Goldman acrescentou que, no último encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP), aprovou-se maciçamente a permanência da categoria no âmbito da CONEP e que havia sido criado um GT com outros fóruns acadêmicos com a finalidade de articular critérios. A Vice-presidente do CFP disse que, em termos institucionais da ANPEPP, haveria apoio para que a categoria lá permaneça.

Ciliberti prosseguiu nominando as comissões. Recentemente, ganhou grande destaque, após a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+20), a Comissão Intersetorial de Saneamento e Meio Ambiente (CISAMA). Nesse âmbito, se discutem temas como agrotóxico, amianto, saneamento, esgoto, uso de solo, dentre outros. Mencionou, também, a Comissão Intersetorial de Saúde Mental (CISM), cuja

Handwritten notes and signatures on the right margin, including initials like 'TR', 'AF', 'M', 'CFP', and 'SOP'.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including 'UP', 'ER', 'Aler', 'V', and '7'.

coordenação foi repassada aos usuários, com anuência do CFP; a Comissão Intersetorial de Saúde Indígena (CISI), que contempla as situações de massacres; a Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher (CISMU), que abrange temas como a descriminalização do aborto; a Comissão Intersetorial de Saúde do Idoso (CISID), que envolve pesquisas demográficas sobre envelhecimento populacional; a Comissão Intersetorial de Saúde Suplementar (CISS); a Comissão Intersetorial de Trauma e Violência (CIPTV), coordenada por Fernanda Magano; a Comissão Intersetorial de Saúde da Pessoa com Deficiência (CISPD); a Comissão Intersetorial de Pessoas com Patologias (CIPP); a Comissão Intersetorial de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (CIPICSUS); a Comissão Intersetorial de Saúde da População Negra (CISPN), que abarca questões de racismo; a Comissão Intersetorial de Saúde da População Lésbica, Gay, Bissexuais e Travestis (CISPLGBT); a Comissão Intersetorial de Vigilância e Farmacoepidemiologia (CIVSF); a Comissão Intersetorial de Assistência a Farmacêutica (CIAF), que discute o tema da medicalização; a Comissão Intersetorial de Saúde Bucal (CISB); e, por fim, a Comissão Intersetorial de Ação Integral a Saúde da Criança, do Adolescente e do Jovem (CIASAJ).

A conselheira elucidou as forças políticas que compõem o CNS: o grupo dos usuários detém 50% e é constituído complexa e heterogeneamente. Os trabalhadores, por sua vez, detém 25%. O grupo do governo tem poucos representantes, mas os prestadores são bastante fortes e articulados. Assim, disse a conselheira, não se pode chegar ao Conselho Nacional de Saúde sem constituir articulação política.

Celso Tondin considerou as explicações de Ermínia Ciliberti uma capacitação. Para ele, esse tema é fundamental para a vida real dos psicólogos e, além disso, há grande interesse das universidades voltadas ao SUS e à saúde da população. Monalisa Barros, por sua vez, acrescentou ser necessário discutir a questão da medicalização no âmbito da saúde das mulheres, pois elas são público alvo dos benzodiazepínicos e dos ansiolíticos.

Humberto Verona sintetizou o assunto, ao requerer que se reafirmem os lugares que o CFP deverá ocupar nas vinte e cinco Comissões Intersetoriais e,

também, que o CFP se candidate às eleições do Conselho Nacional de Saúde que acontecerá no fim do ano. O ponto foi concluído com o seguinte encaminhamento:

- Pautar para uma próxima plenária a CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa e a CIRH – Comissão intersetorial de Recursos Humanos.

Comemoração dos 50 Anos da Psicologia Brasileira - Nesse ponto estava presente o psicólogo Marcos Ferreira, da Curadoria da 2ª. Mostra. A conselheira tesoureira, Monalisa Barros, disse que os vinte Conselhos Regionais, e outras trinta e cinco subsedes só em São Paulo, estão dispostos a ajudar no próximo evento. Haveria a mesa inicial com determinada organização, que seria passível de mudança, se a Presidenta da República estivesse presente. Além da Chefe do Executivo Federal, foram convidados os ministros Aloizio Mercadante, Maria do Rosário, Eduardo Cardoso, Alexandre Padilha – que será representado por Roberto Tikanori –, Teresa Campelo, Marco Raupp e Helena Chagas. Se o governador Geraldo Alckmin e o prefeito Gilberto Kassab estiverem presentes, deverão, também, integrar a mesa. Serão convidados presidentes da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), e FOPA; todos os presidentes das instituições do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) receberão o convite. Serão convidados, igualmente, os prefeitos, deputados estaduais e federais, assim como senadores que são psicólogos – como a senadora Marta Suplicy e a deputada federal Érika Kokay.

Os conselheiros acordaram a importância de dar, também, durante esse extraordinário rito de passagem de cinquenta anos de Psicologia, um significado político e agradeceram o empenho e dedicação de todos os envolvidos no trabalho da II Mostra. Monalisa Barros disse que trinta e três pessoas estão envolvidas na coordenação e que, possivelmente, Gilson de Oliveira, coordenador administrativo do CFP, conseguiria o patrocínio para as

ambulâncias. Monalisa Barros disse que fora programado, para o dia dezoito, à noite, um momento para que os Conselhos Regionais possam conhecer os espaços da II Mostra. Muitos enviaram contribuições e haverá uma vasta gama de atrações culturais, como danças, gastronomia regional, tenda de livros, apresentação da Orquestra Jovem da Bahia Neojibá. Haverá um jantar no primeiro dia da Mostra oferecido a trinta e cinco convidados estrangeiros, além dos conselheiros regionais, federais e as instituições do FENPB – o jantar será por adesão.

A conselheira Flávia Lemos maravilhou-se com a imensidão do evento e congratulou todos os envolvidos nesse empreendimento. A seu ver, a Psicologia mereceu um rito de passagem por seus 50 anos à altura. Marcos Ferreira, da curadoria do CFP, disse que o atual Plenário não deveria considerar as várias tensões do evento um problema, mas um modo de otimizar os recursos da autarquia com os esforços de todos. A conselheira Roseli Goffman mostrou-se muito satisfeita por ter seus vários questionamentos em relação à proporção da Mostra respondidos. Pediu o empenho de todos durante os três dias do evento a fim de que todos se sintam acolhidos. A seu ver a democracia é uma ideia em permanente construção, não algo estático e o plenário deve contribuir para que o evento demonstre que, de fato, a psicologia brasileira é a maior do mundo. A conselheira Tânia Brasileiro pediu que se desse maior protagonismo ao prêmio César Ades.

Fizeram-se, ao fim das discussões, os seguintes encaminhamentos:

- A coordenadora geral deverá fazer lista dos movimentos sociais que já foi feito contato e publicizar aos conselheiros.
- Os conselheiros devem dizer onde poderão contribuir. A secretaria da II Mostra enviará o quadro com as atividades para que os conselheiros se manifestem.
- Érika Kokay e Marta Suplicy devem entrar na mesa principal
- Proposta de fazer um FAQ junto com a conselheira Flávia
- Verificar como a curadoria poderá fazer a divulgação do prêmio na II Mostra.

- Manter o prêmio como está previsto no regimento, aberto somente aos pesquisadores brasileiros.

O presidente Humberto Verona encerrou a sessão às 20:06, agradecendo pelos trabalhos e convidando os conselheiros a retornarem na manhã seguinte. Nada mais havendo a tratar, eu, conselheira secretária Deise Maria do Nascimento, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

Assinatura manuscrita: Deise Maria do Nascimento

1. Humberto Cota Verona _____
2. Clara Goldman Ribemboim *Clara G. Ribemboim*
3. Monalisa Nascimento dos Santos Barros *Monalisa Barros*
4. Aluizio Lopes de Brito *Aluizio*
5. Heloiza H. M. Almeida Massanaro *Massanaro*
6. Ana Luiza de Souza Castro _____
7. Ana Paula Noronha *Ana Paula*
8. Ângela Maria Pires Caniato *Angela Caniato*
9. Maria Ermínia Ciliberti *Maria Ermínia Ciliberti*
10. Márcia Mansur Saadallah *Marcia Saadallah*
11. Flávia Cristina Silveira Lemos *Flavia*
12. Sandra Maria F. de Amorim *Sandra Maria F. de Amorim*
13. Marilda Castelar *Marilda*
14. Henrique José Leal F. Rodrigues *Henrique*
15. Roseli Goffman *Roseli Goffman*
16. Cynthia Ciarallo *Cynthia Ciarallo*
17. Tânia Brasileiro _____
18. Celso Tondin *Celso Tondin*

Assinatura manuscrita

Assinaturas manuscritas

ATA DA 27ª REUNIÃO PLENÁRIA DO XV PLENÁRIO DO CFP

Data: 1 de setembro de 2012 - Sábado	Duração: das 9h18 às 17h12
<ol style="list-style-type: none"> 1. Evento Nacional de Direitos Humanos e Saúde Mental. 2. Reunião do FENPB 27 - Mudança de Secretaria 3. Projeto Violência na Escola 4. Campanha "Não à Médicalização da Vida" 5. Pontos Financeiros 6. Credenciamento e Recredenciamento de Cursos de Especialização. 7. Realinhamento Institucional 8. PMK – Psicodiagnóstico Miocinético. 9. Crepop 	<p>DIRETORIA:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Humberto Cota Verona - Presidente 2. Clara Goldman - Vice-presidenta 3. Monalisa Barros – Tesoureira 4. Deise Nascimento – Secretária 5. Aluizio Lopes Brito <p>CONSELHEIROS (AS):</p> <ol style="list-style-type: none"> 6. Ana Luiza de S. Castro 7. Ana Paula Noronha 8. Ângela Maria P. Caniato 9. Adriana Eiko 10. Celso Francisco Tondin 11. Cynthia R. C. Araújo Ciarallo 12. Flávia Cristina S. Lemos 13. Heloiza Helena Massanaro 14. Henrique Ferreira Rodrigues 15. Márcia Mansur Saadallah 16. Maria Ermínia Ciliberti 17. Marilda Castelar 18. Roseli Goffman 19. Tânia Suely A. Brasileiro <p>AUSENTES:</p> <ol style="list-style-type: none"> 20. Marilene Proença 21. Sandra Amorim

Evento Nacional de Direitos Humanos e Saúde Mental

O presidente do Conselho Federal de Psicologia, Humberto Verona, saudou todos os presentes e deu início à reunião plenária. Maria Ermínia Ciliberti informou que o Congresso da Associação Brasileira de Saúde Mental aconteceu em Fortaleza, CE, e foi aprovada, na ocasião, a realização do 1º Fórum de Saúde Mental e Direitos Humanos, que deverá acontecer em maio

M
Kus
H

UP *EA* *SA* *1*

de 2013 na cidade de São Paulo. Então, durante a primeira reunião da comissão Organizadora, que aconteceu na sede do CRP 06, o CFP foi convidado a participar da organização do evento. Cogita-se a ideia de que o evento aconteça em São Paulo. Há, entretanto, incompatibilidade de datas.

Clara Goldman indagou se o CFP deveria concordar em fazer tal parceria e, se esta acontecer, em qual nível deveria ser. Ermínia Ciliberti respondeu que haveria uma parte relacionada a pessoas que têm experiência em saúde mental, como Paulo Amarante, que tem vinculação com grupos da Argentina e outra, a algumas mesas. Tanto o CFP quanto o CFESS foram chamados, pois ambos estão à frente da luta pelos direitos humanos, e outros grupos também foram chamados. Há, por exemplo, o grupo da professora Marinês Assunção da USP, que tem o compromisso de chamar os dois movimentos da luta antimanicomial. Aconteceu uma mudança, nos últimos três anos, em relação à ABRASME, pois se procura a construção de parcerias, na academia, que possam ajudar no enfrentamento técnico e científico das posições sustentadas pela Associação Brasileira de Psiquiatria. Para Ciliberti, é evidente que os conselhos têm um papel preponderante nesse processo, mas a solicitação da participação feita ao CFP não é um requerimento escamoteado de apoio financeiro; mas para que a instituição integre, de fato, a organização.

A conselheira Flávia Lemos acresceu ser essencial que a relação entre saúde e direitos humanos esteja integrada e coesa; assim, é importante que se estabeleça a inclusão de um diálogo com a Assistência Social. A título ilustrativo, a conselheira observou que há grande displicência das instituições curadoras de menores de idade, e que, muitas vezes, parecem preferir que os adolescentes estivessem nas ruas. Existe, sim, a necessidade de intersecção e, destarte, a peremptória necessidade de a psicologia participar e apoiar esse processo.

Ermínia Ciliberti prosseguiu, falando da primeira reunião da comissão organizadora. Definiram-se, por enquanto, três grandes blocos. O primeiro bloco abordaria questões, como direitos humanos e contemporaneidade (sexualidade, higiene, trabalho, sindicatos, urbanismo). O segundo, a ocupação

da cidade, mobilidade urbana, moradia, exclusão, higienização dos centros urbanos, direitos humanos e reforma sanitária, que inclui temas como medicalização, condições de trabalho, organização de família, medicalização de crianças. São algumas das possibilidades temáticas que, até o momento, se encontram completamente abertas.

Humberto Verona advertiu que, antes de assumir um compromisso como esse, é importante alcançar entendimento com a Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (RENILA), que sempre foi um parceiro histórico do CFP na discussão do assunto. O presidente lembrou a atitude usual do CFP de discutir questões que envolvam a prática e os efeitos da implantação da reforma junto ao usuário e à família. Por isso, diante do convite da ABRASME, para que o CFP integre o 1º Fórum de Direitos Humanos e Saúde Mental, é preciso considerar que um novo espaço está sendo aberto dentro da articulação do campo de direitos humanos e saúde mental.

Ermínia Ciliberti concordou com todas as preocupações e sugeriu que, durante a Mostra, se avisasse que o CFP não terá disponibilidade na data proposta e que há, sim, interesse em conversar. Clara Goldman afirmou que, neste momento, interessa muito mais à ABRASME uma parceria com o CFP do que interessaria para o Sistema de Conselhos em relação à ABRASME. Uma avaliação política, portanto, é indispensável para que se tome a decisão de firmar a parceria.

Roseli Goffman julgou haver necessidade de unificação dos movimentos que estão em campo para o enfrentamento da política higienista, comandados pela Força Nacional – que é o Exército. Mencionou que o Brasil ocupa a posição de segundo colocado do mundo em número de presos. Heloiza Massanaro pontuou que, em recente reunião com a RENILA, foram programados três encontros para este segundo semestre e o próximo ano. Esses encontros abrangem encontros de familiares, encontros para troca de experiências, bem como os movimentos políticos no campo da RENILA. Apesar das peculiaridades de cada um dos movimentos, o objetivo da luta é o mesmo. Nesse sentido, talvez pareça bastante profícuo que, diante do

surgimento de algo novo, como o fórum em debate, se organizasse um encontro comum.

Ermínia Ciliberti enfatizou que o Plenário deve ter a consciência da dimensão das atividades engendradas pelo CFP, não apenas em nível nacional, mas Latino Americano. Um exemplo é o papel fundamental que o CFP tem na Frente Nacional de Direitos Humanos e Drogas. A conselheira respondeu a Heloiza Massanaro que o Movimento Nacional de Luta Antimanicomial - MNLA não é mais dotada de força nacional, ao contrário da RENILA. Diante de todos os enfrentamentos, é necessário continuar a fortalecer o protagonismo do usuário. A conselheira citou que a onda conservadora que acontece na sociedade, acontece, também, na ABP, no Sistema de Conselhos e no Movimento da Luta Antimanicomial.

Ermínia Ciliberti afirmou que a categoria detém a prerrogativa do tecnicismo da intervenção psicológica. O congresso da ABRASME reuniu mais de três mil pessoas e é o primeiro da associação a alcançar esse índice. Disse que gostaria que acontecesse uma aproximação com o grupo da professora Marinês Assunção, da USP, pois esse grupo é uma seção teórica dentro da Academia de construção da ABRASME.

Flávia Lemos ressaltou a importância de montar algumas mesas de debate nessa linha, a fim de dar início à interlocução em questão, de modo a contribuir politicamente aos assuntos atuais. É importante retornar às bases – disse. O espaço dos conselhos não é mais suficiente para atender as demandas da rua, conforme se pôde averiguar na última reunião do Comitê Intersetorial de Rua. Quanto ao Movimento da Criança e do Adolescente, a deputada federal, Érika Kokay, – explanou a conselheira – informou que esse movimento se encontra fragmentado e, por causa disso, o conservadorismo está tomando toda a frente, pois se torna muito mais difícil se unir sob a égide dos Direitos Humanos. Deste modo, na opinião de Flávia Lemos, é fundamental que se estabeleça uma relação entre Direitos Humanos e Saúde Mental. Inicialmente, esse espaço de experimentação conjunta realizada como seminário parece ser bastante salutar; após essa experiência, haveria, então,

[Handwritten notes and signatures on the right margin, including 'usp', 'me', '4', and various initials]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

oportunidade de reavaliar se seria proveitoso dar seguimento ao processo ou não.

Humberto Verona procurou sintetizar o debate. Primeiramente, é preciso discriminar qual o objetivo político desse Fórum. Não se pode, de acordo com ele, permitir uma situação em que uma entidade coletiva tente absorver outra, tendo em vista que existe proeminente disputa política, devido ao protagonismo da Saúde Mental. É necessário que se articulem as forças políticas organizadas na saúde mental, para que se faça o enfrentamento do conservadorismo e da contrarreforma. Humberto Verona mencionou que, em uma participação por telefone em um programa da TV Futura, o presidente da ABP afirmou a certa usuária – que solicitara indicação ao seu problema da depressão –, que o SUS “não presta”. Disse, entretanto, que há muitos psiquiatras e psicólogos bons na rede privada, e recomendou que a usuária procurasse essa rede. Humberto Verona disse que foi necessário contrapô-lo e afirmou, à senhora, que procurasse o SUS, pois esse é o melhor sistema de saúde do mundo.

Essa situação mostra que a ABP está, clara e publicamente, assumindo uma posição contrária ao Sistema Público de Saúde, para fins de privatização. Assim, é necessário refletir bastante sobre o convite da ABRASME e, também, dialogar com a RENILA, de modo que, durante a Mostra, se possa marcar uma reunião que defina o sentido desse Fórum e o ponto comum dessa união hipotética. Humberto Verona lembrou que a data proposta coincide com o CNP e que, por isso, seria impossível a participação do CFP.

Monalisa Barros falou que, durante o segundo dia da Mostra, às 19:00, os doze auditórios serão utilizados, sendo que, alguns deles, estão alocados para Reunião de Presidentes, reunião do CREPOP e outras, e que, em todos esses eventos, é necessária a presença de, pelo menos, um diretor. A conselheira lembrou a importância de convidar esse grupo à Mostra.

Maria Ermínia Ciliberti solicitou que a RENILA enviasse o calendário, pois o CFP estaria sem essas datas. Flávia Lemos lembrou um dos encaminhamentos da Plenária anterior, sobre a contratação de Nilo Batista,

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'UP', 'EF', 'G', 'Alon', 'S', '5', 'G', 'Al', 'SM', '50', 'CFP', 'M', 'SM', '50', 'CFP']

ainda não realizado. Pareceu-lhe que o contato com ele ainda não fora realizado, para a questão do recurso a respeito do Depoimento sem Dano. Tânia Brasileiro comentou que, em relação à Mostra, há quatorze trabalhos inscritos até o momento. Fez, entretanto, a ressalva de que, as pessoas que buscam a inscrição não leram propriamente o regulamento. Há, por exemplo, monografias enviadas contendo mais de cem páginas, sendo que o limite estabelecido é de vinte páginas. Foi necessário divulgar uma nota informativa aos cursos de psicologia e, igualmente, aos de pós-graduação que contemplem a interface Psicologia/Educação.

Tânia Brasileiro disse que, apesar de as inscrições estarem previstas até o dia vinte e sete de outubro, pode ser necessária uma prorrogação, dificultada pelo curto espaço de tempo – apenas um mês, aproximadamente. É, assim, importante que se dê destaque ao Prêmio durante a Mostra, pois haverá grande circulação de pessoas durante o evento. A conselheira, que realizou consulta ao setor jurídico, cogitou a possibilidade de ampliar o Prêmio a outros parceiros latino-americanos, ao menos no âmbito do eixo específico. A consultoria jurídica informou que tal premiação deve estar atrelada ao registro profissional e, assim, não se conseguiria levar tal proposta adiante. Não obstante, a conselheira julgou importante que outros nacionais possam ser contemplados pelo Prêmio César Ades, como os integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) ou, mesmo, os países latino-americanos.

Tânia Brasileiro sugeriu, também, a criação de um SAC e que se coloque, no site, perguntas e respostas para esclarecimentos a respeito de perguntas dos interessados na inscrição. Há, disse a respeito dos tópicos, três eixos, três subtemas, como as políticas públicas e o futuro da Psicologia; existem, igualmente, as contribuições da Psicologia na construção do conhecimento no século XXI, que, até o momento, possuem a maioria das inscrições – sete nessa área, dois deles na América Latina e outros cinco na Psicologia das Políticas Públicas. A maioria dos trabalhos inscritos é de profissionais – nove de profissionais, cinco de estudantes. Deve-se evitar – prosseguiu a conselheira – que trabalhos com problemas sejam postados e,

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the left, several smaller ones in the center, and a vertical list of initials on the right side of the page.

por isso, é urgente comunicar aos inscritos que seus trabalhos não atendem ao regulamento, apontando-lhes as irregularidades. Desse modo, os inscritos terão tempo hábil para corrigir os eventuais erros, pois o período de inscrição ainda está aberto. Concluiu, pedindo aquiescência do Plenário em relação à intervenção, e que os inscritos não sejam penalizados, simplesmente, recebendo a notícia de que estão reprovados.

Humberto Verona lembrou que o Prêmio César Ades já foi lançado e que, a um mês de sua realização, não se lograria mudar as regras do edital. Assim, seria salutar deixar essa discussão para um momento mais oportuno.

Roseli Goffman comentou, sobre a audiência do dia anterior, que as postagens editadas pelo CFP na rede social Facebook foram lidas por 56.928 pessoas. Foram 1.723 pessoas que passaram a acompanhar as postagens do CFP que ainda não estavam na página. Dessas, 10 notas que foram publicadas na audiência, e foram compartilhadas por 205 pessoas. O número de entradas criadas a partir das notas publicadas foi de 949. Até agora, só no Twitter, 15.702 pessoas leram as publicações do CFP durante a audiência.

Ao fim deste ponto, acordaram-se os seguintes encaminhamentos:

- CFP apoiará e deverá propor mudança de data I Fórum de DH e Saúde Mental (coincide com o VIII CNP).
- CFP poderá entrar com mesa, mas antes conversar com a RENILA, que é parceira do CFP nessa discussão, para verificar como entrar nesse Fórum
- Organização ABRASME, CFP e CFESS.
- Marcar uma reunião no período da II MOSTRA com a ABRASME e o pessoal dos DH para entender o objetivo político do Fórum e decidir a participação do CFP nesse evento e juntar todas as forças organizadas da saúde mental para o enfrentamento ao conservadorismo.
- Identificar o que mudou no cenário político com a ABRASME.
- Juntar os movimentos que estão em defesa dos direitos humanos.
- Discutir com a Frente e propor que as ações sejam discutidas de forma ampliada.
- Fortalecer o protagonismo do usuário nas diversas ações.

[Handwritten signatures and initials]

- Ampliar a RENILA e os movimentos e produzir material técnico científico para as questões.
- Fazer o apoio, construir mesas, propor debate nos vários espaços, ir para a rua.
- Participam da reunião a RENILA e a Frente.
- Incluir os eventos da RENILA no calendário do CFP.

Reunião do FENPB 27 - Mudança de Secretaria - Humberto Verona inseriu, na pauta da reunião, a discussão da próxima eleição do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB). A Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI) constitui a Secretaria Executiva da FENPB e sua gestão perdura dois anos – período que expirará na próxima reunião do fórum. O Fórum elegerá, então, uma nova secretaria que terá, por exemplo, a importante tarefa de organizar o próximo Congresso Ciência e Profissão. É necessário, diante das frequentes representações realizadas pelos membros do Plenário, que se leve um posicionamento do CFP à dita reunião. As seguintes entidades já integraram essa secretaria: a Psicologia Hospitalar, a Psicologia Escolar, a ABRAPSO, a ABEP, o próprio CFP e, mais recentemente, a FENAPSI. O presidente do CFP disse que, de acordo com a pesquisa da mulher, constatou-se que mais de 50% das psicólogas brasileiras ainda trabalham na área clínica e há, atualmente, duas entidades correlatas ao contexto clínico no âmbito do FENPB. Uma delas é a Associação Brasileira de Psicoterapia (ABRAP) e outra, a Federação Latino Americana de Análise Bioenergética (FLAAB). A Diretoria considerou a hipótese de propor a Jaime Panerai, que integra a liderança da FLAAB, que pudesse assumir a coordenação do FENPB. No caso, se essa entidade assumisse a secretaria, poderia representar todo o campo da Psicologia, das psicoterapias, das intervenções clínicas dentro do Fórum. Deve-se levar em consideração, do mesmo modo, o perfil de Jaime Panerai, que é uma liderança que agrega, organiza e tem notável inserção nacional e internacional.

Clara Goldman informou que, em audiência com ministro da educação, foi requerida, pelo MEC, uma pesquisa que pudesse fornecer ao ministério subsídios sobre o fenômeno da violência nas escolas. O FENPB, por sua vez, criou um GT para levar o projeto adiante, como a FENAPSI, ABRAPEE, ABEP, tendo o CFP por articulador desse processo frente ao Ministério. Goldman disse que havia muitas pessoas e entidades, na Reunião Extraordinária do FENPB, dispostas a sugerir, avaliar e entender nesse projeto.

Maria Ermínia Ciliberti afirmou que o CFP deve ter uma função diferenciada de outras entidades dentro do âmbito do FENPB e que a função precípua desta é ser um espaço de discussão de grandes questões da psicologia. À questão de Flávia Lemos, Humberto Verona respondeu que o FENPB não tem que seguir as diretrizes do CFP. O fórum, disse, é um mecanismo político, criado para que cada entidade, com exceção do CFP, esteja em condições de igualdade, independentemente da posição que ocupe no cenário nacional, para debater e propugnar temas comuns que interessem à categoria. Vale ressaltar, entretanto, que cada entidade tem diretoria própria e o CFP não deve interferir nisso. Assim, é necessário que o fórum identifique os assuntos que tenham interesse conjunto de todas essas entidades para que, a partir disso, se possa compor uma fala comum da Psicologia Brasileira.

Flávia Lemos sugeriu que, um dos grandes eventos promovidos pelo FENPB, o Congresso Ciência e Profissão, poderia ter, também, espaços políticos, além do espaço de apresentação dos trabalhos. Humberto Verona concordou que se deve estabelecer um mecanismo que chegue às bases de todas essas entidades. Clara Goldman, entretanto, advertiu que, embora a preocupação seja válida, o CFP não pode se arvorar como porta-voz das pessoas filiadas a essas entidades; essa competência cabe, antes, à organização política das entidades.

Assim, em relação a este tema, fizeram-se os seguintes encaminhamentos:

- FLAAB – (FEDERAÇÃO LATINO AMERICANA DE ANÁLISE BIOENERGÉTICA) - nova entidade do FENPB. O CFP indica/apóia a FLAAB para assumir a secretaria executiva do FENPB.
- Propor um planejamento estratégico para o FENPB para os dois próximos anos.
- No planejamento, propor um mecanismo de comunicação do FENPB com os associados, para democratizar as informações. Colocar em pauta os mecanismos de comunicação que as entidades têm disponíveis.

- Pensar para o VIII Congresso Nacional da Psicologia o fortalecimento das entidades, construindo critérios a médio e longo prazo de articulação.

Projeto Violência na Escola - Deise Nascimento disse que o Projeto Violência na Escola vai trabalhar com temas bastante polêmicos para a sociedade conservadora, como a diversidade sexual e a questão do *Bullying*. Uma palavra dita de modo equivocado pode por em risco todo o projeto, como foi o caso do Kit de Enfrentamento da Homofobia na Escola. Por isso, o ministro de Estado requereu sigilo total, inclusive aos que estão envolvidos nesse trabalho de operacionalização do projeto. Assim, está-se fazendo a divulgação desses processos paulatinamente, pois a mídia, que está nas mãos dos conservadores, pode prejudicá-los. É preciso averiguar o grau de profundidade que o CFP deve levar à frente tal projeto.

Roseli Goffman disse que a questão da pesquisa sobre violência nas escolas está bastante atrelada a duas pautas, por ela defendidas. Uma dessas pautas diz respeito à questão da publicidade dirigida à criança, sobretudo em relação à classificação indicativa. A conselheira sugeriu que lessem a Política Nacional de Saúde na Escola, aprovada há dois anos, pois, além de ser bem estruturada, conta com bom suporte financeiro. Deise Nascimento completou, dizendo que uma das linhas de trabalho é fazer um levantamento de toda a produção existente no próprio ministério, além de outros segmentos do poder público, a fim de incorporá-los na etapa documental - há uma etapa documental e outra, de consulta. A primeira vai incorporar não apenas a produção científica acadêmica, mas toda essa produção de políticas, projetos e programas já desenvolvidos pelo Governo.

Ao fim deste ponto, acordaram-se os seguintes encaminhamentos:

- Roseli Goffman se dispôs a ajudar a Diretoria a cuidar do tema Violência nas Escolas.
- Encaminhar a Roseli Goffman o material sobre Política Nacional de Saúde na Escola.

Campanha "Não à Medicalização da Vida" - Maria Ermínia Ciliberti lembrou que o plenário do CFP trabalha com a política do planejamento estratégico, e a medicalização já constava no planejamento estratégico. Era, portanto, tarefa dos conselheiros encaminhar a questão da medicalização. As entidades da saúde procuraram se articular para debater o tema, como o Conselho Federal de Farmácia, a Federação Nacional dos Farmacêuticos, a FENAPSI, a Rede Feminista, os bispos e arcebispos, de modo a abordar o uso racional de medicamentos. Deve se levar em consideração, a respeito da Campanha da Medicalização, que há caminhos distintos a serem seguidos, de acordo com o ente político: o Congresso Nacional tem uma via diferente de uma construção com os usuários. Na Saúde, entretanto, o CFP não faz nada sem o usuário, complementou.

Celso Tondin asseverou que a medicalização é um conceito que vem da discussão do campo da saúde coletiva. Monalisa Barros sugeriu que se lessem as obras de Charles Tesser, que é um autor que trabalha sobre a medicalização do SUS. Realizaram, em 1992, um Congresso Mundial para se discutir a racionalidade médica, a farmacêutica, o uso racional dos medicamentos, afirmou. Flávia Lemos disse que se deve priorizar esse tema, como primeiro ponto de pauta, pois não se logrou dar maior visibilidade a essa polêmica no Brasil, ao contrário do que aconteceu na França, onde a luta anti-psiquiátrica acontece desde os anos sessenta. A conselheira sugeriu, conjuntamente, a leitura de alguns livros da obra de Robert Castel, como a "Ordem Psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo" e "O Psicanalismo".

Em síntese, segundo Flávia Lemos, Castel afirma que a Psiquiatria se infiltrou nas questões relacionadas à criança por meio da escola, o que encontra consonância com Foucault em "O poder psiquiátrico". A psiquiatria se generalizou pelo campo social a partir da temática relacionada às crianças, mas com as lutas em prol da Reforma Psiquiátrica, nas décadas de 70 e 80, esse cenário tornou-se precário. No Brasil, o movimento da "luta antimanicomial e da saúde coletiva silenciaram isso e diminuiu seu potencial de questionamento" (sic). Assim, esse movimento parece ter se institucionalizado

no Brasil com a criação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPs). Sua luta política de base diminuiu intensivamente e, tão-somente agora, procura-se ampliar o debate, não o restringindo ao tema da educação, mas procurando obter dados concretos. Tem-se o apoio da ANVISA, mas é preciso buscar apoio dos médicos sanitaristas e da saúde coletiva, do pessoal relacionado à psiquiatria coletiva, de modo que, o próprio Conselho Federal de Medicina se torne um parceiro.

Ângela Caniato reforçou a ideia de que sejam efetuados e revigorados os vínculos para se propugnar o debate sobre a medicalização. Informou seus pares que, em uma reunião da ABEP, no Paraná, o tópico da medicalização foi um dos protagonistas do debate. A medicalização extrapolou a relação médico-paciente: o próprio usuário foi "capturado" (sic) pelo uso excessivo de medicamentos.

De acordo com Maria Ermínia Ciliberti é preciso, primeiramente, ampliar a diversidade de abordagem. Em segundo lugar, deve-se distinguir a medicalização de outras desordens, como o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e a dislexia. Para isso, deve-se ser cauteloso com pactos hipotéticos com o legislativo: no momento em que se opta por uma aliança com determinados parlamentares, é preciso pagar um preço político por isso. O CFP, entretanto, não pode pagar o preço político de vinculação com parlamentar. O enfoque, disse, é na defesa dos usuários.

Marilda Castelar, propõem realizar um encaminhamento de discussão sobre a transversalização e a campanha de medicalização da vida. Poder-se-ia, inclusive, avançar sobre uma proposta pontual dessa interface com a Farmácia e voltar a trazer o tema à próxima plenária.

Aluizio Lopes informou que, tramita na Câmara dos Deputados, após parecer favorável do Senado, projeto de lei que dispõe sobre acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno de Déficit de Atenção ou com Hiperatividade. A deputada Mara Gabrielli teria dito: "De um lado da discussão se posicionaram aqueles que negam a própria existência da Dislexia e do transtorno do Déficit de Atenção, com Hiperatividade. Esse grupo,

capitaneado, sobretudo, pelo Conselho Federal de Psicologia, aponta enorme preocupação com o movimento crescente do consumo medicamentoso pela sociedade, particularmente de nossas crianças. Por outro lado, está aquele grupo que não se conforma de maneira alguma com a negação dos distúrbios, reforçam a existência dos mesmos asseverando que a base científica que os suporta é tremendamente robusta e reconhecida internacionalmente. Desta forma, diante da pertinência da matéria e por acreditarmos que o poder público deve desenvolver e manter programa de acompanhamento integral para educandos com Dislexia ou Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade, somos pela aprovação do projeto de Lei". De acordo com o conselheiro, esse projeto de lei mexe em uma questão de mérito da campanha sobre a medicalização.

A Plenária concluiu que, por faltarem conselheiros envolvidos com o tema à reunião, como Marilene Proença, seria mais proveitoso prorrogar a discussão desse projeto de lei para um momento mais oportuno. Ana Luiza Castro disse ter sido contatada por Carmem Oliveira, da Secretaria de Direitos Humanos – por intermédio do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA –, que solicitou a presença do CFP no debate sobre a medicalização da infância. Então, seria importante que na 25ª Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL e Estados Associados o CFP pudesse estar presente.

Foi lembrado, por Flávia Lemos, que, há três meses, a conselheira Marilene Proença entrou em contato com a UNICEF e o grupo da Niña Sul durante viagem a um país da América do Sul. Esses grupos teriam ficado mobilizados pela discussão sobre a criança e o adolescente em termos de medicalização.

Há uma diferença de campo entre área da saúde e da educação, e a deputada deve ser alertada sobre isso, disse Aluizio Lopes. Maria Ermínia Ciliberti sugeriu que o CFP encaminhasse nota à parlamentar, parabenizando-a pela preocupação com as crianças e que há entendimento de que determinados casos precisam ser encaminhados à Rede de Saúde. Deve-se,

Handwritten signatures and initials on the right margin, including 'PP', 'sup', 'M', 'CFP', 'SW', 'SA', 'G', and 'D'.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including 'UPP', 'CF', 'Alu', 'G', and 'D', with the number '13' written near the center.

entretanto, lembrá-la da existência de outras atribuições conferidas ao psicólogo escolar, além de que é necessário diferenciar questões de saúde e questões institucionais de educação.

Clara Goldman disse que não se questiona a competência médica de elaborar diagnósticos. O CFP não afirma que TDAH e Dislexia não existem; antes, a posição do Conselho é de combater o uso indiscriminado de medicamentos. A conselheira sugeriu que se transferisse a discussão para outubro, pois assim, o plenário poderia aprofundar o debate. Apesar de o CFP receber cerca de cinco convites para falar sobre essa situação, não o fez, o que deixa espaço na ABP. Nós fazemos parte do Fórum, mas não somos o Fórum – disse. É importante manter diálogo com outras profissões, mas, também, com usuários, em diálogo com outras entidades. A conselheira fez, ainda, a ressalva de que é preciso ter mais segurança para enfrentar debates públicos no Rio Grande do Sul, por exemplo. Nesse mesmo sentido, Aluizio Brito fez o seguinte encaminhamento: que o CFP não se expusesse.

Flávia Lemos lembrou que, na IX Conferência da Criança, o CFP levou Nota de Repúdio à medicalização indiscriminada e, além de ser aprovada, teve um grande número de assinaturas. Percebeu-se, do mesmo modo, uma grande abertura no CONANDA. Em parte, isso se deve ao dado de que o Brasil é o segundo maior consumidor da dependência que é causada nas crianças (sic). É importante, de acordo com a conselheira, que o CFP fosse ao evento em que autoridades internacionais estivessem presentes.

Deise Nascimento concordou com Flávia Lemos, dizendo que o Fórum é de grande responsabilidade, mas, exatamente por isso, deveria se alcançar uma posição mais sustentada a fim de enfrentar melhor. Ademais, é preciso ampliar o debate e não se restringir à questão da medicalização, mas abordar a própria *psicologização* e *patologização* da vida. Assim, a Conselheira-secretária achou mais prudente a não participação do CFP nessa reunião. Antes de tomar tal decisão, é preciso “*afinar nossas posições para, então, conseguir ir a esses lugares com mais sustentabilidade*” (sic).

Aluísio Lopes considerou que um dos erros da campanha foi atrelar a imagem do CFP ao Fórum. Esse atrelamento teria ofuscado o que se queria com a campanha e, por isso, é necessário fazer uma separação, que não será, é claro, litigiosa, mas, por outro lado, não será consensual. Ir ao evento, para Aluísio, seria uma imprudência, uma temeridade.

Resumidamente, a XV Plenária fez os seguintes encaminhamentos:

- Fazer o seminário que ajudará na discussão da medicalização.
- Combinar o processo de construção do seminário: Contemplar as diversas abordagens e construir diferentes estratégias para o tema.
- Discutir a relação com o legislativo e com outras categorias.
- Discutir os campos de transversalização para o tema da medicalização, (o seminário entra como uma das ações do campo da medicalização).
- Convocar uma reunião telefônica o mais rápido possível, com a presença da Marilene Proença com objetivo de avançar nas propostas sobre o tema da medicalização e trazer para a próxima plenária.
- Separar a discussão da medicalização da dislexia e TDAH.
- Colocar a medicalização como primeiro ponto de pauta da próxima plenária, com um tempo maior para a discussão.
- Rever o documento (PL 7081/10) e dar uma resposta à sociedade.
- Caso exista a necessidade urgente de posicionamento a deputada: (base para a elaboração do texto que será elaborado com ajuda da conselheira Maria Ermínia):
- Manifestar compromisso com o debate; - Os casos de cuidado com a saúde devem ser encaminhados à rede de saúde;
- Colocar o papel do psicólogo na escola conforme documento do CFP. Encerrar com a diferença da inserção na saúde e na educação.
- Enviar o PL completo, com todos os substitutivos, para a lista do CFP XV, de posse dele construir um posicionamento.

Pontos Financeiros - Monalisa Barros introduziu, então, a prestação de contas de cinco CRPs para o exercício de 2012. O CRP 05 solicitou reformulação de seu orçamento. Inicialmente, previa-se um orçamento de R\$ 22.176.000,00. Agora, entretanto, diante de uma arrecadação maior, o montante do orçamento subiu para R\$ 24.489.000,00.

A respeito da prestação de contas de 2011 da 2ª Região, emitiu-se parecer de que os demonstrativos estão adequados em todos os aspectos relevantes e, por isso, foi aprovada plenamente. Monalisa Barros explicou que o CRP de Pernambuco pediu um empréstimo com um termo de compromisso. Esse termo de compromisso foi feito de modo que seja necessário prestar contas ao CFP regularmente, e assim tem sucedido. A prestação de contas do CRP 02 foi aprovada por unanimidade.

Do mesmo modo se procedeu em relação ao CRP 03 sobre a prestação de contas do exercício financeiro de 2011. A análise do parecer financeiro e contábil indica aprovação de forma plena. Aprovou-se, por unanimidade, a prestação de contas desse regional.

Quanto ao CRP 09, há uma ressalva – disse a tesoureira: há diferença no recolhimento do FGTS e do INSS como está descrito no contracheque de um funcionário e do que foi efetivado pelo regional. As demonstrações contábeis, entretanto, apresentam adequadamente, em todos os aspectos, a posição patrimonial financeira do Conselho Regional de Psicologia da 9ª Região, Goiás/Tocantins, no período compreendido de janeiro a dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis. Com a exceção dessa diferença, recomenda-se a admissão. Saliente-se que não se trata de uma falha, mas de irregularidade contábil. Aprovou-se, assim, essa prestação.

Há, também, uma pequena ressalva em relação à prestação de contas do CRP-17. Há uma diferença de 100 reais no balanço, que pode ter sido erro de registro. A conta do Banco do Brasil 29.614/7, em 31 de dezembro, apresenta, na contabilidade, um saldo de R\$ 416,17, sendo que no extrato bancário, nulo, não é disponibilizada a conciliação dessa conta. Então, indica contabilmente um saldo de R\$ 143,00, sendo que no extrato o montante é R\$

379,00. A diferença é entre esses valores. O que eles solicitam é a aprovação da conta, também com essa ressalva, pedindo as devidas adequações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A prestação foi aprovada por unanimidade.

Quanto ao mapa gerencial, já se arrecadaram 84.18% e, a partir de agora, 3ª *recobrança* se iniciará. É perfeitamente viável que o montante restante seja arrecadado nos próximos meses. Assim, o orçamento se mostra adequado e é provável que se mantenha os 100%. Evidente que a inadimplência não é 0%, mas quando se elabora o orçamento, há previsão para inadimplência. Arrecadaram-se R\$ 8.379.000,00 e, falta arrecadar R\$ 1.416.000,00. Dessa quantia, já se gastou R\$ 5.309.000,00. A previsão inicial era de que se gastasse R\$ 9.502.000,00. Fez-se, entretanto, um remanejamento para R\$ 8.796.000,00; porque houve atraso na contratação dos concursados. Em um primeiro momento, considerou-se que a contratação se daria em abril, mas esse processo só começará outubro. Essa diferença, referente ao pagamento de pessoal, foi aplicada em ações políticas.

A respeito do projeto de gestão, que inclui passagens, hospedagem, diárias, jetons, foi orçada a quantia de R\$1.097.000,00, mas já foram gastos R\$ 549.000,00. Esse valor não significa economia, pois há duas grandes despesas: as APAFs. A APAF de dezembro terá grande impacto nessas contas. Ademais, há as despesas com ações políticas: muita coisa já foi feita, CONANDA, Conselhão, Fórum DCA, a participação no Conselho da Mulher, apoio ao FENPB, participação em eventos estratégicos.

Além dessas despesas, computam-se R\$ 487.360,00 para eventos estratégicos. Houve um aumento substancial nessa rubrica e, até o momento, já se gastaram R\$ 346.000,00. Monalissa Barros pediu parcimônia no emprego desses recursos. Ademais, há empréstimos aprovados há mais de um ano: R\$ 500.000,00 para o Rio de Janeiro, R\$ 1.200.000,00 para Santa Catarina e R\$ 400.000,00 para Paraíba.

Em síntese, obtiveram-se as seguintes decisões:

- Reformulação orçamentária do CRP 05 para o exercício de 2012 – aprovado por unanimidade.
- Apreciação da prestação de contas do CRP 02 – 2011, aprovado por unanimidade.
- Apreciação da prestação de contas CRP 03 - aprovado por unanimidade
- Apreciação da prestação de contas CRP 09 - aprovado por unanimidade, com ressalva ao item 4.10. (indicativo de adequação contábil ao que foi solicitado pelos auditores).
- Apreciação da prestação de contas CRP 17 - aprovado por unanimidade com ressalva ao item 4.2. (indicativo de adequação contábil ao que foi solicitado pelos auditores).

FNDC - Roseli Goffman mostrou preocupação em relação à manutenção do tradicional suporte que o CFP costuma dar à FNDC; do mesmo modo, a conselheira pediu que a Diretoria e a Plenária reavaliassem o quanto o CFP está disposto a contribuir na Campanha Liberdade de Expressão. Clara Goldman assentiu, dizendo que é possível reavaliar o posicionamento do CFP, mas lembrou de que o FNDC pactua com entidades poderosas. Assim, o CFP não pode restringir-se a ela.

Fizeram-se, para este ponto, as seguintes decisões:

- A plenária deverá avaliar a participação do CFP na campanha liberdade de expressão.
- Pautar para a próxima plenária a comunicação para discutir o FNDC e outras demandas.

Credenciamento e Recredenciamento de Cursos de Especialização - Aluizio Brito introduziu a questão dos credenciamentos de cursos.

O processo nº 02027/2001 trata do recredenciamento do Núcleo Formador, Estudos Integrados de Psicoterapia Psicanalítica (ESIPP), que oferece o curso de Formação em Psicoterapia e Psicanalítica, de Porto Alegre,

e a especialidade requerida é Psicologia Clínica. De acordo com a avaliação, o relatório foi bem feito e o parecer é favorável ao credenciamento. O Plenário aprovou o credenciamento por unanimidade.

O processo nº 002/2012 trata do credenciamento do Instituto de Psicologia Aplicada e Formação (IPAF), que fica em São Paulo. Nesse instituto, oferece-se a especialização em Neuropsicologia Clínica. O curso oferecido e a estrutura são excelentes. Destarte, o parecer é favorável ao credenciamento. O Plenário aprovou o credenciamento por unanimidade.

O processo nº 005/2012 trata do credenciamento do Instituto de Psicologia Clínica Gestáltica, que fica em Florianópolis. O parecer é favorável ao credenciamento. O Plenário aprovou o credenciamento por unanimidade.

O processo nº 009/2012 trata do credenciamento do Projeto de Estudos Avançados em Educação e Saúde, cujo curso oferecido é a especialização em Psicologia Jurídica. O curso fica em Porto Alegre. O parecer é favorável ao credenciamento. O Plenário aprovou o credenciamento por unanimidade.

Em sinopse, o colegiado alcançou os seguintes encaminhamentos:

1. Processo Nº 027/2011 – Parecer favorável da comissão foi aprovado por unanimidade.
2. Processo Nº 002/2012- Parecer favorável da comissão foi aprovado por unanimidade.
3. Processo Nº 005/2012 – Parecer favorável da comissão foi aprovado por unanimidade.
4. Processo Nº 009/2012 Parecer favorável da comissão foi aprovado por unanimidade.

Realinhamento Institucional - Acerca do realinhamento institucional, a conselheira Deise Nascimento assumiu a condução da Plenária. A conselheira

disse que foram realizadas reuniões frequentes com as equipes a fim de construir e alinhar as atribuições, fluxos de tarefas, processos de trabalho e delimitações de competências da nova estrutura administrativa do Conselho Federal de Psicologia. A secretária destacou a participação dos funcionários Yvone Duarte e Gilson de Oliveira nesse processo, além de Polyanna Peres Andrade, que veio auxiliar o CFP a organizar o setor de Gestão Estratégica de Pessoas. Em relação ao concurso, que está em fase de homologação, chegou-se à conclusão de que se deve esperar a II Mostra antes de incorporar novos funcionários.

O quadro atual é composto por 55 funcionários. O quadro funcional será organizado por coordenações e, às vezes, uma mesma temática pode transitar em mais de um setor. A divisão não se dará por temas. Antes, a ideia é fazer circular o processo de trabalho.

A ouvidoria, que está vinculada à diretoria, é responsável por receber manifestações de qualquer natureza e que, de alguma forma, serão respondidas pelo CFP ou pelo CRP, de acordo com a demanda. Cada coordenação se liga à Diretoria. A Coordenação Geral assessora diretamente a diretoria do Plenário. Incluída no seu bojo, está a secretaria executiva que, por sua vez, auxilia a Coordenação Geral e a Diretoria. Ainda na divisão de Coordenação Geral está a Coordenadoria Jurídica e a Assessoria de Comunicação (ASCOM).

Ademais, há três grandes Coordenações. A primeira delas é a Relações Cooperativas, cuja coordenação cabe à Marta Klumb. Essa coordenação abarca aspectos corporativos, ou seja, atividades relativas a aspectos técnicos relacionais, éticos, à categoria e a órgãos colegiados. Dentro dessa divisão, encontra-se o setor Relações com a Autarquia, que cuida das APAFs, dos encontros de COE/COF, das reuniões Plenárias e do Congresso Nacional de Psicologia. Deise recordou que solicitações feitas a determinado setor deve ir com cópias para a coordenação geral. O setor de Referências Técnicas também se insere nessa coordenação. Os processos éticos, julgamentos, pareceres estão contidos dentro desse setor. Há, também, nessa coordenação,

o CREPOP, em que se sistematizam as pesquisas e documentos. Encontra-se, por fim, o setor de Eventos, que cuida de todos os eventos voltados para a categoria, seminários, palestras.

A Coordenação de Relações Institucionais, coordenada por Jerusa Vasconcelos, orienta, articula, monitora e avalia as atividades inerentes às divisões de relações com a sociedade, relações parlamentares e representações institucionais, dentro da proposta política do Conselho Federal de Psicologia. Assessora o Conselho Federal e os conselheiros no diálogo com a sociedade, com os movimentos sociais, com o governo, sempre que forem lutas travadas com outros atores da sociedade. O setor de Relações Parlamentares, que oferece assessoria técnica e política nas atividades parlamentares. Todas as solicitações para discutir questões parlamentares devem ser enviadas com cópia para Jerusa e para Coordenação Geral. O setor de Representações Institucionais assessora as representações que o CFP faz em instâncias deliberativas, consultivas e propositivas.

Finalmente, há a Coordenação Administrativa e Financeira, coordenada por Gilson Oliveira. A divisão Gestão Estratégica de Pessoas trabalha com formas de acolhimento de novos funcionários, elabora programa de capacitação e melhoramento de potenciais, qualidade de vida e saúde do trabalhador. Outra divisão é a Informática, que cuida da parte técnica e é subdividida em infraestrutura, suporte de TI e desenvolvimento de Software. A divisão do Financeiro trabalha com questões relacionadas ao caixa, bem como a procedimentos administrativos financeiros. A divisão contábil trabalha na elaboração de mapas gerenciais, balanços etc.

O apoio logístico organizará a gestão de meios e matérias para atividades, ações e eventos, como reuniões e viagens. Assim, todas as atividades intermediárias que envolvam participação cabem à Coordenação Administrativa e Financeira, operacionalizada pelo Apoio Logístico. Quanto ao Suporte, trata-se do setor que providencia equipamentos e materiais, como cadeiras, salas, auditório. Já o setor de Compras é responsável pela aquisição de bens e serviços necessários ao CFP. O contato direto será com as

coordenações e sempre com cópia para a coordenação geral. Serão enviadas aos conselheiros fotos dos funcionários para que se familiarizem.

A conselheira Monalisa Barros respondeu ao questionamento de Celso Tondin – se só seria possível contatar os coordenadores –, dizendo que não se trata de uma regra, mas de um modo de facilitar a comunicação. O conselheiro Henrique Rodrigues pediu esclarecimentos sobre o destinatário de encaminhamentos e quaisquer outros pedidos. Marilda Castelar mostrou-se preocupada em não sobrecarregar ninguém.

Deise Nascimento enfatizou que a divisão não é por temas, mas por processo. Debates online, por exemplo, são eventos voltados para categoria e, por isso, cabem à Coordenação de Relações Corporativas. Sem embargo, diante de eventuais dúvidas relacionadas a temas específicos, como a reunião do Conselho da Mulher, caberia às Relações Institucionais fornecer subsídios a essa reunião. As coordenações, em casos assim, terão de se comunicar mais, o que torna o trabalho mais articulado entre os conselheiros. Temas como o da Mulher transitarão por diversos setores.

Yvone Duarte disse que o CFP conta, atualmente, com cerca de 20% de cargos comissionados. O restante advém de concursos. Em posições estratégicas, havia a COJUR, a Coordenação Geral, a Coordenação de Comunicação, além de cargos comissionados, como os do CREPOP. Deise Nascimento disse que as coordenações concentram as discussões, não Yvone Duarte. O papel desta é, assessorar a diretoria e o plenário e acompanhar o funcionamento e operacionalização das ações.

Heloiza Massanaro disse que achou interessante não se manter um único responsável por determinado tema, mas ter cinco lugares para fazer a distribuição. Ângela Caniato mostrou-se receosa em relação ao realinhamento e sua possível burocratização. Aluizio Brito lembrou, entretanto, que o CFP constitui uma autarquia e, assim, integra a burocracia. Em uma instituição com 74 funcionários, a organização é imprescindível. Deise, no mesmo sentido, disse que a ideia é, sim, de burocracia, mas não de burocratismo. Monalisa

Barros, igualmente, disse que ao tomar tais medidas, melhorar-se-á a qualidade de vida dos trabalhadores.

Flávia Lemos fez o seguinte encaminhamento: que se fizesse um momento de dinâmica entre os Conselheiros e os funcionários. Questionou se a nova estrutura oferece um plano de carreira para os novos funcionários, se há identificação afetiva além de um perfil de experiências. Deise Nascimento afirmou que o presente organograma institucional demorou mais de seis meses para ser desenvolvido e, somente após a organização, o plano de carreira será discutido.

Os conselheiros finalizaram este ponto com os seguintes encaminhamentos:

- O realinhamento institucional entra em vigor a partir desta data. (1º de setembro de 2012).
- Enviar aos conselheiros por e-mail, todo o material referente ao realinhamento institucional, incluindo a relação dos funcionários do CFP e os respectivos cargos.
- Todas as solicitações de tarefas e atividades deverão ser encaminhadas aos coordenadores, com cópia para a coordenação geral
- Yvone, Marta e Jerusa deverão fazer um apanhado do que está em andamento e fazer a distribuição/espelhamento e encaminhar aos conselheiros.
- Substituir os e-mails do corpo funcional, colocando o nome do funcionário, alguma identificação do setor e CFP.
- Avaliar a possibilidade de fazer uma dinâmica para conhecer a nova estrutura do CFP; os novos cargos e novos funcionários.

PMK – Psicodiagnóstico Miocinético - Aluizio Lopes lembrou que, em 2009, o Plenário tinha aprovado o parecer sobre PMK na versão intitulada psicodiagnóstico miocinético. A versão 2012 recebeu um parecer da Comissão Consultiva de Avaliação. Dos três critérios mínimos que um teste deve ter para

receber aprovação, essa versão do PMK só atendeu a um, que foi o critério da precisão. Assim, a comissão o aponta com parecer desfavorável. Os coeficientes de consistência interna apresentam valores insuficientes. O estudo de testes e retestes resultou em valores condizentes com os requisitos mínimos. Nesse aspecto, o manual apresenta dados que atendem aos requisitos de precisão, conforme especificado na resolução CFP 02/2003. Esse foi o único critério que o PMK 2012 atendeu. Os outros dois critérios, entretanto, não foram atendidos. Cabe ressaltar que o critério mínimo de validade afirma que testes que não tenham uma quantidade extensa de estudos fora do país, devem apresentar estudos de validade no Brasil para as principais interpretações propostas.

No caso do PMK, esses estudos deveriam envolver as interpretações propostas para as seis dimensões que, supostamente, seriam avaliadas pelo teste. Com base no exposto, considera-se que o manual 2012 do PMK, não atende aos requisitos mínimos previstos na resolução 02/2003 e, portanto, passa a ter o parecer desfavorável pelo CFP. Assim, o teste continua fora do SATEPSI. Quem erige a defesa do PMK é a VETOR, que detém os direitos. O Plenário decidiu-se pelo sustento à posição indicada pela comissão, ou seja, de considerar o teste desfavoravelmente. A conselheira Tânia absteve-se.

CREPOP - Márcia Mansur lembrou o Plenário que assumiu a referência do CREPOP, mas julga ser necessário ter uma discussão sobre o papel estratégico do conselheiro responsável na publicação do CREPOP. Um único tema pode envolver o trabalho de vários conselheiros, e seria deveras proveitoso se os conselheiros, responsáveis por um assunto comum, compartilhassem "o tom que vai ser dado" a uma publicação, inclusive com a finalidade de socializar e assumir coletivamente a importância política dessas produções. As produções – continuou a conselheira – devem incorporar as ideias e diretrizes arrazoadas pelo Plenário e, por isso, esse trabalho poderia sobrecarregar um único conselheiro. O processo de consulta pública, por exemplo, é muito desgastante, pois há dois vieses: o técnico e o político.

M
P
S
J
A
R
A
A

Para Márcia Mansur, o CFP não pode se posicionar por meio de uma linha teórica em uma produção, pois as diversas abordagens devem ser respeitadas. Seria melhor, antes, colocar princípios, pressupostos e diretrizes que embasem o trabalho do psicólogo na assistência social, por exemplo. Os CREPOPs regionais precisam de um espaço diferente de consultoria pública para se manifestarem. A consulta pública – explicou – é um momento de escuta e debate que se traduz em uma construção importante. É necessário, entretanto, levar um documento mais preparado e revisto, a fim de evitar desgastes desnecessários.

O CREPOP lançará um documento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto na II Mostra. Até o evento, a Comissão de Educação Básica elaborará sua proposta, e as questões da terra, álcool e outras drogas irão à consulta pública. Haverá na II Mostra, também, uma mesa informativa sobre o CREPOP.

Roseli Goffman concordou, dizendo achar uma boa ideia que mais conselheiros se envolvam, já que, dessa forma, equívocos seriam evitados, sobretudo em relação à consulta pública. A conselheira mencionou a Questão da Terra, que desde 2007 foi considerada um tema importante, mas só agora está ganhando maior destaque. A reforma agrária e as questões da terra, indígenas e quilombolas são questões sem grande visibilidade e, por isso, será proveitoso e simbólico lançar a consulta pública durante a II Mostra.

Flávia Lemos citou o exemplo do trabalho sobre Medida Socioeducativa em Meio Aberto. Esse trabalho foi iniciado por último, mas foi o primeiro a se finalizar. Isso se deve, entre outras coisas, à afinidade do grupo convidado, malgrado as posições teóricas tenham sido diferentes. As afinidades políticas, entretanto, foram consideráveis. Recordou o trabalho de Hebe Signorini, do Rio de Janeiro, de Gisley Romanzini, do Rio Grande do Sul, de Cristiane Napoli, de Belo Horizonte e de Lurdinha, de São Paulo. Um dos maiores desafios é costurar alianças, disse. A conselheira acha proveitoso efetuar uma prévia com outros conselheiros antes da consulta pública, mas um excedente de pessoas na comissão poderia dificultar o processo de trabalho. A conselheira

Handwritten signatures and initials on the right margin:
ME
PB
dup
HO
H
S
R
J
J

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page:
A
EK
Alar
J
25
A
J
J

parabenizou Natasha Fonseca e a equipe do CREPOP pela agilidade e articulação.

Heloiza Massanaro afirmou que o funcionamento do grupo CAPs se diferencia do grupo ad hoc. O grupo ad hoc foi formado por indicações do plenário e rapidamente elaborou um documento. Procurou-se não atrelar as pesquisas a linhas teóricas nem a políticas do governo. Clara Goldman perguntou se o conselheiro responsável na construção de um documento de referência não seria suficiente para representar todo o plenário e qual seria o impedimento de um conselheiro realizar consulta pública como psicólogo.

Monalisa Barros disse que a publicação intermediária sugerida por Marcia Mansur já estava prevista. A conselheira lembrou que, por decisão da APAF, o número de pesquisas diminuiu consideravelmente. As consultas públicas, entretanto, são precisamente momentos de crítica. Isso gerou um problema. Um Conselho Regional, no primeiro documento, achou que tinha muitas críticas e, ao invés de fazer isso pelo método normal, que é a consulta pública, achou por bem consultar outros regionais sem que o CFP soubesse, o que gerou uma carta deselegante, assinada por oito regionais, sendo que desses oito, cinco eram de oposição. Essa carta desencadeou uma série de outras situações. Outros três conselhos regionais começaram a fazer cartas cada vez mais deselegantes. O CFP interveio na situação, quando se descobriu que nem mesmo a diretoria tinha conhecimento da situação. A conselheira comentou, ainda, que não é incomum pessoas se sentirem pessoalmente atingidas por críticas feitas a seus trabalhos.

Ângela Caniato ponderou que orientador das políticas públicas – continuou – não é uma teoria psicológica, mas a visão de homem. A psicologia deve estar a serviço disso. Marilda Castelar disse que uma das grandes dificuldades é alinhar textos e fazer as pessoas cumprirem seus prazos. Exemplificou a criação de um grupo extraoficial que foi ampliado, e justamente as pessoas incluídas extraoficialmente foram as que mais produziram. Assim, é possível trabalhar coletivamente. Em relação à discussão que é preciso manter com movimentos sociais vinculados a temas específicos, seria interessante

Handwritten notes in blue ink:
MC
JP
S
D
S
J
K
A

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page.

divulgar, por meio da Coordenação de Relações Institucionais, para segmentos específicos que contem com a participação de psicólogos, para que estes pudessem dar sugestões específicas relacionadas a sua prática profissional.

Monalisa Barros explicou que a função do CFP não é essa; antes, caberia aos CREPOPs regionais a execução dessa tarefa. Márcia Mansur disse que se farão orientações para o conselheiro de referência e alguns pontos importantes para os especialistas se atentarem. A conselheira disse que enviará um email com outras notícias do CREPOP e outras ações.

Marilda Castelar sugeriu que o cartaz da Resolução 18/2002 se imprimisse em papel A3. O modo de se colocar em evidência a Resolução, que não teve grande repercussão, é justamente publicando cartazes, sem que pareça uma comemoração.

Em relação ao CREPOP, definiram-se as seguintes estratégias:

- Antes de lançar a consulta pública enviar para o GT do tema para fazer uma consulta ensaio com os conselheiros da área de interesse. (com algumas pessoas).
- Ter um eixo orientador para cada documento.
- A conselheira Márcia e a equipe do CREPOP farão orientação para o conselheiro de referência.
- A conselheira Márcia enviará por e-mail informações sobre as ações do CREPOP.

O presidente Humberto Verona agradeceu a participação e empenho de todos e finalizou a Plenária às 17:52. Nada mais havendo a tratar, eu, conselheira secretária Deise Maria do Nascimento, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

1. Humberto Cota Verona _____
2. Clara Goldman Ribemboim _____
3. Monalisa Nascimento dos Santos Barros _____
4. Aluizio Lopes de Brito _____

5. Heloiza H. M. Almeida Massanaro Heloiza Massanaro
6. Ana Luiza de Souza Castro Ana Luiza de Souza Castro
7. Ana Paula Noronha Ana Paula Noronha
8. Ângela Maria Pires Caniato Ângela Caniato
9. Maria Ermínia Ciliberti Maria Ermínia Ciliberti
10. Márcia Mansur Saadallah Márcia Mansur Saadallah
11. Flávia Cristina Silveira Lemos Flávia Lemos
12. Sandra Maria F. de Amorim Sandra Maria F. de Amorim
13. Marilda Castelar Marilda Castelar
14. Henrique José Leal F. Rodrigues Henrique José Leal F. Rodrigues
15. Roseli Goffman Roseli Goffman
16. Cynthia Ciarallo Cynthia Ciarallo
17. Tânia Brasileiro Tânia Brasileiro
18. Celso Tondin Celso Tondin